

PARALISIA CEREBRAL: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Gabriela Knob²
Elisabeth Maria Foschiera³

RESUMO

No presente trabalho se aborda o tema “Educação Inclusiva: Paralisia Cerebral”, tendo como principal objetivo compreender o processo de aprendizagem e o cotidiano escolar do aluno com essa deficiência. A metodologia utilizada nesse artigo se deu de forma bibliográfica, a qual buscou esclarecer possíveis dúvidas sobre a inclusão das crianças especiais, de acordo com o ponto de vista dos autores. Para tanto, fez-se necessário compreender as características do aluno com paralisia cerebral, o papel da família e o papel do pedagogo para o crescimento e avanço de seu desenvolvimento. Ao final do estudo, foi possível perceber que o cuidado com essas crianças deve ser de atenção e cuidado, pois as mesmas possuem muitas potencialidades que deverão ser afloradas ao longo do passar do tempo. Por isso, a família e a escola devem estar em extrema união, pois esses indivíduos necessitam de muito carinho e amor, para um bom andamento de inclusão e vitórias.

PALAVRAS-CHAVE: Paralisia Cerebral. Família. Escola. Inclusão.

Introdução

O presente artigo abordará o tema “Educação Inclusiva: Paralisia Cerebral”, com a intenção de compreender o processo de aprendizagem e o cotidiano escolar do aluno que apresenta essa deficiência. Entende-se como fundamental esse estudo, devido ao agravamento do número desses casos, a falta de informações sobre o assunto, bem como despreparo dos profissionais da educação ao se deparar com um aluno especial no ambiente escolar.

A deficiência fez parte da história da humanidade, mesmo que de forma ignorada, pois sempre esteve presente em suas concepções e preocupações, seja no sentido de aceitação ou negação. Mas, com o passar do tempo, a sociedade foi evoluindo, trazendo um novo olhar e conhecimentos por essas pessoas, para que houvesse uma melhoria na vida dos indivíduos que trabalham dentro do contexto da inclusão, para suprir essas necessidades.

Assim, para alcançar tais propósitos, a natureza utilizada nesse artigo se dá de forma bibliográfica, a qual busca esclarecer possíveis dúvidas sobre a inclusão das crianças, principalmente com paralisia cerebral. Dessa forma, este processo de pesquisa desencadeou-se por meio de leituras e sua devida interpretação para o conhecimento e aprofundamento do assunto.

¹ Artigo elaborado para a conclusão de curso de graduação de Pedagogia da Universidade de Passo Fundo, Campus Carazinho

² Acadêmica do curso de Pedagogia, Universidade de Passo Fundo, UPF, Campus Carazinho

³ Professora do Curso de Pedagogia da FAED/UPF, mestre em educação, e orientadora desse trabalho

O artigo divide-se em quatro capítulos, o primeiro trata sobre a educação inclusiva em seu contexto histórico e legislativo, que intensificou a entrada de crianças com deficiência em escola regular, no passar dos anos.

O segundo enfatiza as características da pessoa com paralisia cerebral, a qual não se caracteriza como uma doença, mas um distúrbio de movimento e postura, que acontece geralmente na infância, comprometendo o desenvolvimento motor e cognitivo da criança, e que depende muito da parte do cérebro afetada. Apesar dessas limitações, essas crianças demonstram muito afeto com as pessoas de sua convivência.

O terceiro destaca o papel da família e que, apesar dos anseios e das angústias, tem um papel muito importante para o crescimento e desenvolvimento da criança, pois é no lar que a mesma terá seu primeiro porto seguro, através de estímulos dentro de suas limitações, que favorecerá um ambiente de confiança e capacidade de se sentir útil, para crescer em qualquer situação a ser enfrentada.

E, o quarto capítulo realça o papel do pedagogo e os métodos de ensino a serem aplicados em alunos com paralisia cerebral na educação infantil, buscando demonstrar que o professor tem um papel tão importante quanto o da família ao lidar com essas crianças. Isso porque, elas estão preparadas desde casa, e na escola o pedagogo tem apenas o papel de intencionalizar esse aprendizado, através de mudanças de hábitos e a procura constante por informação e atualização em seu cotidiano. Portanto, fundamental que a criança sinta-se acolhida e incluída no ambiente escolar.

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo de questionar o cotidiano escolar do aluno com paralisia cerebral, compreendendo o seu processo de aprendizagem, bem como as mudanças necessárias para o desenvolvimento cognitivo do mesmo.

1. Educação Inclusiva: conceito histórico e legislativo

Nos primórdios da humanidade não havia muitos meios de registros escritos a respeito da vida humana na pré-história, tampouco de como eram tratados, considerados e principalmente das condições de existência das pessoas com algum tipo de deficiência. Mas, com tudo, a história nos indica que a morte e o abandono eram a prática mais comum nas sociedades primitivas.

Na antiguidade, a sociedade via os deficientes como incapazes e inferiores. No início da era cristã, os romanos asfixiavam ou afogavam as crianças que não fossem perfeitas. Na Grécia Antiga, os gregos escondiam ou sacrificavam os sujeitos. Em Esparta e Atenas, as

crianças consideradas não perfeitas eram sacrificadas logo ao nascer, principalmente os meninos, pois não iriam ter serventia na sociedade, principalmente servir o exército. Nessa época, as pessoas possuíam muitos pensamentos divergentes em relação às pessoas deficientes. Para alguns, estes sujeitos deveriam ser sacrificados como um mal a ser evitado, para outros um privilégio por ser “dono” de poderes.

Durante a maior parte da história da humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era a sua incapacidade. A defesa das potencialidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas, apareceram no movimento filosófico posterior à Revolução Francesa. Somente a partir dos anos 50 o atendimento educacional aos indivíduos que apresentavam alguma deficiência foi assumido abertamente pelo governo federal, em âmbito nacional, com a criação de campanhas voltadas especificamente para este fim.

A política de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular tem sido atualmente peça de grandes estudos e discussões no Brasil, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994) e da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96.

A Declaração de Salamanca defende a escola sem discriminação, com um ambiente integrado e para todas as pessoas, inclusive as com necessidades especiais. Ela, também, propõe diretrizes básicas para a formulação e a reforma de políticas e sistemas educacionais. O documento afirma o princípio e a discussão da prática e garantia de inclusão, priorizando iniciativas que assegurem o lugar de todos os alunos em sociedades de aprendizagens.

A LDB 9394/96 determina Políticas Públicas Educacionais, a nível nacional, expressando alguns avanços significativos. Ela estende a oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos, defende a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos, e refere-se às necessidades de o professor estar preparado e com recursos adequados para compreender e atender à diversidade dos alunos. Enfatiza, ainda, que a educação especial deve ser oferecida na rede regular, e quando necessário deve haver serviços de apoio especializado.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, em dezembro de 2006. Trata-se de um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra as pessoas em todas as áreas da vida. Assim, responsabiliza toda a sociedade na criação de condições que garantam os direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

Na década de 90, no Brasil, começam as discussões em torno do novo modelo de atendimento escolar denominado inclusão escolar. Para dar seguimento a esse projeto, em seis de julho de 2015, surge a Lei Brasileira da Inclusão nº 13.146, que possui como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que “destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º, 2015, p. 15).

A Lei também diz que a tendência é olhar para uma educação voltada cada vez mais como inclusiva do que especial, demonstrando que as metodologias, materiais e espaços oferecidos devem ser capazes de atender a todos e não serem elaborados separadamente. Segundo a mesma, a educação se constitui como um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com as suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Assim, a educação inclusiva consolida um novo modelo educacional, de construção de uma escola aberta às diferenças, que promove a necessária transformação com o propósito de uma educação de qualidade para todos, no ensino regular, permitindo a convivência e a interação dos alunos com deficiência, favorecendo a diversidade.

2. Características das pessoas com Paralisia Cerebral

A paralisia cerebral é definida como o resultado de uma lesão ou mal desenvolvimento do cérebro, existindo desde a infância. A deficiência se expressa em padrões anormais de movimento e postura, causando limitações nas atividades cotidianas do paciente. O evento lesivo pode ocorrer antes, durante ou logo após o parto.

Em decorrência da lesão, parte do cérebro não atua adequadamente ou não se desenvolve normalmente. A área afetada é geralmente uma das partes do cérebro que controla os músculos responsáveis por certos movimentos do corpo, por isso, as crianças apresentam outros distúrbios associados, como a epilepsia, deficiências sensoriais (auditivas, visuais, entre outras), mentais, emocionais, de comunicação e alimentação.

O comprometimento dos sistemas motores determinam um atraso no desenvolvimento neuromuscular dos órgãos fono-articulatórios, caracterizando a presença de reflexos em idades que já deveriam ter desaparecido. Estes reflexos podem causar alterações do tônus muscular e falha na coordenação de movimentos ou ocorrência de movimentos involuntários.

Tudo isso depende do sistema motor comprometido, causando diferentes características e graus, podendo ser leve, moderado ou severo. Dessa maneira, os déficits motores podem ser divididos em espasticidade, atetose, ataxia e mista.

A síndrome de espasticidade caracteriza-se pela contração simultânea, tanto dos músculos principais, como dos antagonistas, produzindo hipertonicidade e sua articulação corporal é deficiente. A atetose determina-se por uma série de contrações involuntárias e muitas caretas faciais, com variação de tonos. Há várias distorções fonêmicas e falta de controle respiratório. A atáxica identifica-se pela falta de equilíbrio, com problemas na coordenação de movimentos. O comportamento motor é hipotônico e sua falta é indistinta e arritmica. E a mista que representa a união de mais de uma síndrome em uma única pessoa.

Nesse sentido, as pessoas com paralisia cerebral possuem um comprometimento dos movimentos, particularmente de locomoção, motricidade ampla e fina, sendo dependentes e necessitando de cadeira de rodas ou andadores para deslocar-se de um espaço ao outro. Ainda, percebe-se comprometimentos significativos na fala, na linguagem e na expressão. Apesar disso, elas são muito afetivas, demonstram afeição pelas pessoas de sua convivência, compreendem os sentimentos e emoções que tem ao seu entorno. São sorridentes, na sua grande maioria gostam de músicas, brincadeiras, são sensíveis mais que as outras crianças, possuem o gosto por aprender e se fazem entender quando não se sentem incluídos na rotina seja escolar, familiar e social.

Dessa forma, um único profissional não consegue suprir todas as necessidades de uma criança deficiente. Para tanto, faz-se necessário uma equipe de profissionais das diferentes áreas, que contemplem os anseios e desejos dessas crianças, pois segundo Miller e Clark, a conduta conjunta tem por objetivo alcançar o potencial máximo em todas as áreas de desenvolvimento, e encorajar o ideal de independência nessas crianças com experiências limitadas, que os incentivem a serem dependentes. A interdependência dos vários aspectos do desenvolvimento da criança deve valorizada (2002, p. 24 e 25).

Portanto, os procedimentos devem andar juntos, sempre interligados entre si, em suas diversas áreas atuantes, tratando-se e considerando-se em primeiro lugar as necessidades dos pais e das próprias crianças ao longo do processo.

3. Investigar o papel da família e sua relação com as crianças de Paralisia Cerebral

Ao investigar o papel da família e sua relação com as crianças com alguma deficiência, não se pode generalizar, devido ao fato de que todos passam pelo período de luto

e aceitação. Algumas famílias aceitam de forma mais rápida e cuidam de seus filhos com muita dedicação e amor, incluindo-os na sociedade, já outras não aceitam e permanecem no luto por tempo indeterminado. Assim, acabam deixando seus filhos de lado, sendo um descaso para essas crianças.

A angústia dos pais, em alguns casos é profunda e conflitante, ao saber que possuem um filho com deficiência, pois muitos sentem medo, culpa, raiva, vergonha e desespero, chegando ao ponto de até negar a criança. Essa rejeição não acontece por não amar seu filho, mas em sua maioria, por não aceitar a doença ou transtorno. Por isso, é indicado sempre a ajuda de um especialista, para ajudar nas dúvidas e nos possíveis conflitos com essa dificuldade.

A família passa por um longo processo de superação dos próprios preconceitos até a construção de um ambiente familiar mais preparado para receber o novo membro. A criança que estará por vir dependerá de cuidados, atenção e proteção, sendo por esta razão, a presença da família muito importante. Os pais devem ter uma visão real das limitações, precisam compreender que a criança precisa de estímulos, adaptações e de recursos que facilitem seu dia a dia, oportunizando diferentes situações para o seu desenvolvimento completo. Quanto mais integrada, mais segura e autônoma ela será, para enfrentar os desafios.

De acordo com Piaget: “a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta”. Sendo assim, a integração das crianças com deficiências é um estudo primordial para a educação, revisitando constantemente o papel da família e da sociedade (1984, p. 52).

Na concepção de Glat, uma pessoa com deficiência possuirá uma vida mais natural, quanto mais integrada estiver com sua família, pois terá autonomia e estímulo para, dentro das suas possibilidades, aproximar-se da vida em comunidade (1996, p. 112).

Assim, é imprescindível que as famílias entendam e acompanhem as conquistas, mesmo que pequenas de cada indivíduo, pois o apoio e a manifestação dessa importância são a motivação para que ele busque seu desenvolvimento e aprimoramento nos aspectos psicomotor, físico, intelectual, social e emocional, que envolvem os processos de aprendizagem. É necessário, também, o afeto familiar que deve acontecer em todos os momentos da vida, principalmente no início, lembrando que o mesmo deve ser demonstrado de maneira equilibrada, evitando os extremos da superproteção e da negação perante o filho.

Portanto, a aceitação do problema e a relação adequada, entre a criança e a família, permitem que ela se desenvolva em um ambiente mais favorável, facilitando a autoconfiança e sua capacidade de ser útil ao mundo e para as pessoas que estão a sua volta. Até porque, a

criança com deficiência tem os mesmos direitos e necessidades que qualquer outra. O amor e o cuidado são as chaves principais para que ela cresça em um espaço seguro de oportunidades, para aprender a conviver em sociedade.

4. O papel do pedagogo e os métodos de ensino aplicados aos alunos com Paralisia Cerebral na Educação Infantil

Muito tem se debatido sobre a educação inclusiva, devido aos grandes desafios que ela apresenta, e ao mesmo tempo pelo desejo de que as unidades escolares tenham um ambiente educacional inclusivo, na qual se respeite a diversidade natural da sociedade. Por isso, a inclusão busca garantir o direito de todos a uma educação de qualidade, onde as instituições de ensino devem adequar-se às necessidades de cada educando. Nesse sentido, deve lidar com as mudanças em suas estruturas, adaptações curriculares, professores capacitados, equipe pedagógica preparada para oferecer uma educação apropriada, tornando a escola um ambiente em que todos possam aprender, com e independente das diferenças. Como afirma Mittler:

a inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar à escola em algum momento. (2003, p. 236)

Assim, para a construção de uma escola inclusiva é fundamental que o ambiente escolar esteja preparado para as mudanças, com um lugar dinâmico e de organização própria, capaz de dar respostas educativas a todos os alunos que nela estarão inseridos. Mas, a efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida apenas por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, mas sim, quando o local está preparado para dar conta de trabalhar com esses alunos, independentemente de suas diferenças ou características individuais. Pois para Mittler:

no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esportes, lazer e recreação. (2003, p. 25)

Nesse contexto, a proposta de educação inclusiva exige de todos os envolvidos o comprometimento com a educação, em um cenário de integração, no qual se coloca em jogo os sistemas educativos e suas aspirações, buscando mudanças no seu espaço, um local renovado, flexível e aberto a todas as necessidades dos educandos, numa evolução no processo de integração. Deve-se partir da ideia de que a escola precise ser criada para todos, com ampla diversidade, estendendo ao máximo a capacidade da criança com deficiência, na escola e na classe regular. Assumir a diversidade implica uma mudança profunda no modo de pensar, atuar e de fazer educação.

Dessa forma, ao pensar a inclusão escolar, é necessário estar aberto a grandes mudanças para se obter um bom aproveitamento, oportunizando um ambiente saudável para aprendizagem destas crianças, adaptando materiais para facilitar o manuseio e a inclusão nas atividades. O documento da Declaração de Salamanca, já fortalecia que os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário. As escolas deverão oferecer opções curriculares que se adaptem aos alunos com capacidades e interesses diferentes (1994, p. 33). O que se torna importante ainda, trabalhar a aceitação da criança com a turma e a aceitação perante suas limitações e dificuldades, o que inclui explorar seus sentimentos e emoções, trazendo a compreensão do que sente diante das situações que vivência.

Desse modo, ao refletir sobre as adaptações curriculares, precisa-se entender que o currículo é a chave entre a teoria e a prática pedagógica, que necessita de um planejamento, proporcionando questões concretas sobre o ensinar. E, que em muitos casos, leva a pensar que não existam métodos de ensino-aprendizagem para cada indivíduo com deficiência, mas apoios e adaptações que o educador possa trazer para dentro da sala de aula, para que haja um aproveitamento integral da disciplina. Assim, hoje com muitas inovações, informações nesse mundo moderno, muitas tecnologias estão surgindo para facilitar os recursos a serem utilizados em sala de aula, para intensificar a inclusão. Uma delas é a tecnologia assistiva que consiste em um recurso utilizado para melhorar a capacidade funcional da pessoa deficiente.

A tecnologia assistiva no Brasil é muito recente e consiste em um apoio, que pode variar em diversos aparelhos auxiliares, desde bengalas, até um sistema computadorizado, que contempla questões de acessibilidade, como adequação da postura, recursos para mobilidade, comunicação alternativa, escuta assistida, dentre outras. Serve, ainda, de apoio para todas as pessoas com deficiência, tendo como objetivo proporcionar maior independência, qualidade de vida e inclusão social.

Portanto, para lidar com crianças deficientes é necessário ter muito carinho e amor, seja na estrutura familiar ou na escolar, se elencando a compreensão de seus limites para desenvolver suas funções corporais e de função cerebral, adaptando materiais, facilitando a vivência e convivência em espaços sociais. Mas, cabe ressaltar a necessidade de adaptar materiais escolares e utensílios domésticos, para facilitar sua aprendizagem e alimentação, oportunizando uma qualidade de vida melhor, além de procurar uma busca constante por alternativas que facilitem a comunicação e a interatividade entre aluno-professor e aluno-aluno.

Considerações finais

Através dos estudos realizados, conclui-se o artigo ressaltando que houve um grande avanço durante a história, ao conseguir a inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência na escola regular, mas que constata ainda certas dificuldades de aceitação de algumas famílias e da sociedade.

As unidades de ensino, que desejam trabalhar a inclusão, devem estar abertas para as mudanças e preparadas para trabalhar com os alunos que chegam até ela. Para introduzir uma proposta de educação inclusiva, a cooperação e incentivo de toda comunidade é fundamental para auxiliar no cenário interativo, de ampla diversidade e exploração, para instigar ao máximo a capacidade de todas as crianças.

Assim, para um bom andamento da caminhada, a família e a escola devem andar juntas, numa inter-relação de afeto e constante busca por inovações que facilitem a comunicação, para que haja uma melhora no desenvolvimento e sentimento de independência da criança deficiente, e que ocorra uma incentivo para buscar suas necessidades, de forma autônoma, mostrando o seu valor, e do que é capaz, apesar de suas limitações.

Referências

- AMIRALIAN, Maria. LT.; PINTO, Elisabeth. B.; GHIRALDI, Maria. IG.; LICHTIG, Ida.; MASINI, Elcie. FS. & PASQUALIN, Luiz. *Conceituando deficiência*. Revista Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2000.
- ANGOTI, Maristela. *O Trabalho Docente na Pré-Escola: revisitando teorias, descortinando práticas*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.
- BRASIL. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, 1994.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, 2015.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 9394*. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996.

BUENO, José. Geraldo. Silveira. *Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.

DOTTI, Corina. Michelon. *Diversidade e Inclusão: reconfiguração da prática pedagógica*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.

FINNIE, Nancie. R. *Manuseio em casa da criança com Paralisia Cerebral*. São Paulo: Manole, 2000.

GIL, Carlos, Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana. *O papel da família na integração do portador de deficiência*. Revista Brasília de Educação Especial, 1996.

LEAL, Daniela. *História, Memória e Práticas da Inclusão Escolar*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

MAZZOTTA, Marcos. José. Silveira. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MILLER, Geoffrey. & CLARK, Gary. D. *Paralisias Cerebrais: causas, consequências e conduta*. São Paulo: Manole, 2002.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artimed, 2003.

MONREAL, Maria. Carolina. Lizana. & MORAES, Marília. Gabriela. Paiva. De. *Paralisia Cerebral*. In: RIOS, Iamara. Jacintho. De. Azevedo. *Fonoaudiologia Hospitalar*. São Paulo. Pulso, 2003.

MOURA, Sônia. Priscila. Sampaio. Borges.; FERREIRA, Antônia. Elnaide. & SANTANA, Marinete. Batista. De. *O papel da família no processo de desenvolvimento da criança e adolescente com deficiência*. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID1949_31082016225145.pdf - Acessado em: 14 de abril de 2019

PIAGET, Jean. *Seis estudos de Psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

SARTORETTO, Mara. Lúcia. & BERSCH, Rita. *Assistiva: Tecnologia e Educação*. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> - Acessado em: 13 de outubro de 2019.

SASSAKI, Romeu. Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2006.